

**FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
Curso de Licenciatura
2020/2021 (1.º Semestre)**

Regente: Prof. Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores: Prof. Jaime Valle; Prof. Ana Rita Gil; Mestre Heloísa Oliveira;
Mestre Sara Matos; Dr. Afonso Brás

2º Ano – Turma A

PROGRAMA

PARTE PRIMEIRA
A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: FUNDAMENTOS

Capítulo 1

A IDENTIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

- 1. O Direito Internacional Público: relance introdutório**
 - 1.1. Noção adoptada**
 - 1.2. Terminologia e intitulações**
 - 1.3. Direito Internacional Público: um direito difícil de conhecer**
 - 1.4. O Direito Internacional Público e os seus semelhantes**

- 1.5.** Direito Internacional Público e Direito Interno: uma comparação virtuosa
- 1.6.** Direito Internacional Público ou Direitos Internacionais Públicos?

2. Formação e evolução histórica do Direito Internacional Público

- 2.1.** O longo período de gestação do Direito Internacional Público
- 2.2.** A Paz de Vestefália e o Período Clássico (1648-1815)
- 2.3.** O Período Moderno (1815-1945)
- 2.4.** O Período Contemporâneo (1945 aos nossos dias)

3. A questão existencial do Direito Internacional Público: existe porquê e para quê?

- 3.1.** Principais correntes doutrinárias
- 3.2.** Posição adoptada
- 3.3.** As funções sociais do Direito Internacional Público

Capítulo 2

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

4. Elementos de uma teoria geral das fontes Internacionais

- 4.1.** Fontes, obrigações e atos jurídicos no Direito Internacional
- 4.2.** O artigo 38.º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça e a tipificação de fontes
- 4.3.** Fontes tipificadas

- 4.3.1.** A convenção internacional
 - 4.3.2.** O costume internacional
 - 4.3.3.** Os princípios gerais de Direito
 - 4.3.4.** A jurisprudência e a doutrina
 - 4.3.5.** A função atípica da equidade (*ex aequo et bono*)
 - 4.4.** Fontes não tipificadas
 - 4.4.1.** Os actos unilaterais
 - 4.4.2.** O chamado *soft law*
 - 4.5.** Codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional
 - 4.6.** Hierarquia de fontes e hierarquia de normas – origem e estatuto das “normas fundamentais” na ordem jurídica internacional
- 5.** Em especial, o regime normativo de celebração de convenções internacionais – aspectos fundamentais sobre o Direito dos Tratados
 - 5.1.** Direito dos Tratados – fontes
 - 5.2.** O nascimento dos tratados
 - 5.2.1.** Conclusão dos tratados
 - 5.2.2.** As reservas no Direito dos Tratados
 - 5.2.3.** Entrada em vigor
 - 5.2.4.** Depósito, registo e publicação
 - 5.3.** A vida dos tratados
 - 5.3.1.** Princípio *pacta sunt servanda*
 - 5.3.2.** Tratados e terceiros Estados
 - 5.3.3.** Revisão e modificação dos tratados
 - 5.4.** A morte dos tratados

- 5.4.1.** Estabilidade e verdade das relações intermediadas por Tratados
 - 5.4.2.** Nulidades
 - 5.4.3.** Cessação da vigência e suspensão da sua aplicação
 - 6.** Em especial, o procedimento de vinculação por convenções internacionais e a Constituição Portuguesa
 - 6.1.** Nas Constituições históricas portuguesas
 - 6.2.** Na Constituição Portuguesa de 1976
 - 6.2.1.** As bases jurídicas de abertura internacional
 - 6.2.2.** O problema da distinção material entre tratado e acordo
 - 6.2.3.** As quatro fases principais do procedimento interno de vinculação por convenção internacional
 - 6.2.4.** O procedimento interno de desvinculação: simetria e equivalência
 - 6.2.5.** Especificidades das convenções internacionais celebradas no quadro da União Europeia

Capítulo 3

NORMAS INTERNACIONAIS E EFICÁCIA NA ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA

- 7.** Articulação entre Direito Internacional e Direito Interno
 - 7.1.** Construções doutrinárias clássicas e modelos jurídico-constitucionais

- 7.1.1.** Monismo com primado do Direito Interno
 - 7.1.2.** Monismo com primado do Direito Internacional
 - 7.2.** Tribunais internacionais e primado do Direito Internacional
 - 7.3.** Direito Internacional Público e tribunais nacionais: o efeito direto
 - 7.4.** Direito Internacional e Direito Interno: no espaço da internormatividade global
- 8.** A Constituição Portuguesa e a eficácia jurídica das normas internacionais e eurocomunitárias
 - 8.1.** A Constituição Portuguesa e a abertura ao Direito Internacional e ao Direito da União Europeia
 - 8.2.** Incorporação e eficácia do Direito Internacional e do Direito da União Europeia na ordem jurídica portuguesa
 - 8.2.1.** Direito Internacional Geral ou Comum
 - 8.2.2.** Direito Internacional Convencional
 - 8.2.3.** Direito das Organizações Internacionais
 - 8.2.4.** Direito da União Europeia

Capítulo 4

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL

- 9.** O conceito de sujeito de Direito Internacional
 - 9.1.** Personalidade jurídica internacional: uma noção clássica que se renova
 - 9.2.** O Estado e os outros – quem é quem no Direito Internacional

- 9.3.** Em especial, o Estado
- 9.4.** Em especial, o indivíduo
- 9.5.** Sujeitos atípicos não estaduais
- 10.** O reconhecimento da subjectividade internacional: função, natureza e critérios

Capítulo 5

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

- 11.** Elementos de uma teoria geral das Organizações Internacionais
 - 11.1.** Noção
 - 11.2.** Génese e evolução
 - 11.3.** Classificações
 - 11.4.** Atribuições e poderes – em especial, a teoria dos poderes implícitos
 - 11.5.** Membros
 - 11.6.** Estrutura institucional
- 12.** Principais organizações de que Portugal é membro – em especial, a Organização das Nações Unidas, o Conselho da Europa e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)
- 13.** A Organização das Nações Unidas (ONU)
 - 13.1.** Enquadramento histórico

- 13.2.** A Carta das Nações Unidas – estrutura, valor jurídico, interpretação e processo de revisão
- 13.3.** Os membros
- 13.4.** Os objectivos e princípios conformadores de actuação da ONU
- 13.5.** Os órgãos e a sua competência – o princípio da efectividade institucional
- 13.6.** O valor jurídico das resoluções da ONU
- 13.7.** O domínio reservado dos Estados – conteúdo e sentido actual
- 13.8.** Áreas fundamentais de actuação
 - 13.8.1.** Segurança colectiva – em especial, o Capítulo VII da Carta e a prática onusiana
 - 13.8.2.** Protecção internacional dos Direitos Humanos (aspectos gerais)
 - 13.8.3.** Nações Unidas e agências especializadas – em especial, a prevenção e luta contra as pandemias (OMS)

PARTE SEGUNDA

A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: PROCEDIMENTOS DE TUTELA DOS DIREITOS E DEVERES

Capítulo 6 **A PROTECÇÃO INTERNACIONAL E EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS**

- 14.** Direito Internacional dos Direitos Humanos – fontes de âmbito universal e de âmbito regional

15. A protecção internacional penal

15.1. A noção de crimes internacionais

15.2. As jurisdições penais internacionais

16. A protecção internacional à pessoa humana em situação de particular vulnerabilidade: apátridas, refugiados e migrantes

17. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)

17.1. Génese e evolução

17.2. O sistema jurisdicional de interpretação e de garantia da CEDH

17.3. Portugal e a CEDH

17.4. A CEDH e a adesão da União Europeia – um património europeu comum de direitos fundamentais

BIBLIOGRAFIA

I. Básica

- DUARTE, Maria Luísa – *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2016.
- DUARTE, Maria Luísa / LANCEIRO, Rui Tavares (coords.) – *O Direito Internacional e o uso da força no século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2018.
- DUARTE, Maria Luísa / LANCEIRO, Rui Tavares / DUARTE, Francisco Abreju (coords.) – *Ordem jurídica global do século XXI – sujeitos e actores no palco internacional* (no prelo).

- MIRANDA, Jorge – *Direito Internacional Público*, 6.^a ed., Cascais, Principia, 2016.

II. Complementar

- AA.VV. – *The Max Planck Encyclopedia of Public International Law* (<http://www.mpepil.com>); disponível o acesso na Biblioteca da FDUL).
- BRITO, Wladimir de – *Direito Internacional Público*, 2.^a ed., Coimbra Ed., 2014.
- CAMPOS, João Mota de (coord.) – *Organizações Internacionais*, 4^a. ed., Coimbra Editora, 2010.
- COUTINHO, F. Pereira, e outros (coords.) – *Os sujeitos não estaduais no Direito Internacional*, Ed. Petrony, 2019.
- DUARTE, Maria Luísa – *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2013.
- FREITAS, Pedro Caridade – *História do Direito Internacional Público*, Cascais, Principia, 2015.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar – *Manual de Direito Internacional Público. Uma perspectiva de língua portuguesa*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2013.
- KACZOROWSKA, Alina – *Public International Law*, 5.^a ed., Londres, Routledge, 2016.
- KLABBERS, Jan – *International Law*, Cambridge Univ. Press, 2013.
_____*An introduction to International Organizations*, Cambridge Univ. Press, 3.^a ed., 2015.

- LOPES, J. A. Azeredo (coord.) – *Regimes jurídicos internacionais*, UC Porto, 2 vols., 2020.
- MORAIS, Carlos Blanco de – *Direito Internacional Público. Sumários desenvolvidos*, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2012.
- RIBEIRO, Manuel de Almeida / COUTINHO, Francisco Pereira – *Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça*, Lisboa, D. Quixote, 2016.
- SCHUTTER, Olivier de – *International Human Rights Law*, 2.^a ed., Cambridge Univ. Press, 2014.
- WELLER, Marc (ed.) – *The Oxford Handbook of the use of force in international law*, OUP, 2015.

III. Textos normativos

- Constituição da República Portuguesa
- Rui Tavares LANCEIRO, e outros, *Colectânea de Textos de Direito Internacional Público* 2.^a ed., AAFDL, 2017

Lisboa, 1 de Setembro de 2020